

O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA COMO POSSIBILITADOR DA CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA DOS SUJEITOS

Juliana Macário de Oliveira - mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mariana Costa Carvalho – doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grasielle Rosa Caciano – graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Juiz de Fora

jumacario@yahoo.com.br

marianaccarvalho@yahoo.com.br

grasielle.caciano@facc.ufj.br

**Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Pró Reitoria de Extensão – Universidade Federal de Juiz de Fora
GT 5- Sociedade civil e políticas públicas**

O Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira se constituiu como um sujeito coletivo organizado a partir de demandas comuns e bandeiras de luta reunidas em torno de formação, marco legal, finanças solidárias, produção, comercialização e consumo orientados aos princípios da autogestão, participação e democracia. Com esse objetivo tem se reunido procurando pautar ações em torno da geração de renda e economia solidária. Ponderar sobre a importância do Fórum como articulador de ações que apoiam a construção política e ideológica do movimento de economia solidária na região é propósito deste trabalho que pretende realizá-lo através de pesquisa bibliográfica, observação participante e aplicação de questionário semi-estruturado, buscando compreender como as relações e processos que ali se estabelecem poderiam contribuir para a construção da consciência crítica dos sujeitos enquanto donos de sua própria história.

Palavras-chave: Educação Popular, Movimentos Sociais, Fórum de Economia Popular Solidária.

INTRODUÇÃO

A construção de uma perspectiva de desenvolvimento dialógico bem como a elaboração de soluções sistêmicas aos problemas econômicos, sociais e ambientais que perpassam a sociedade brasileira é um desafio que as universidades públicas podem mediatizar através da produção e socialização do conhecimento, fundamentada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Compreendemos que a extensão, nesse sentido, tem papel fundamental ao criar os pressupostos que permitem unir o campo teórico ao prático contribuindo para a organização das pessoas e da própria universidade sob a ótica de aprendizagem mútua e crítica enquanto promotora de ações que concorram para o exercício da democratização de todos os setores da vida (NETO, 2014).

Nesse sentido, as universidades buscam através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, iniciativas de extensão por excelência, oferecer suporte à formação e à geração de trabalho e renda, a coletivos de trabalhadores desempregados ou em situações de trabalho precário, assim como grupos que buscam maior viabilidade econômica e social.

O contexto que possibilitou a emergência do surgimento das incubadoras é demarcado por uma crise estrutural que atingia tanto o Brasil quanto outros países de inserção periférica na divisão internacional do trabalho. Em situação de desemprego, os trabalhadores moldam pequenos grupos, organizados por sistema de autogestão, que adotam formas de socialização das relações de trabalho baseadas em princípios de ajuda mútua, cooperação, democracia direta, propriedade coletiva dos meios de produção e nas diversas formas de compartilhar, buscando a transformação do indivíduo através de seu protagonismo como “sujeito do seu processo histórico” (SANTOS, CARNEIRO, 2008, p. 8).

Essa assertiva vai de encontro ao lugar privilegiado que a práxis encontra na ação extencionista, *lócus* onde o conhecimento pode ser produzido ou transformado em relação dialética, superando visões reducionistas e mecanicistas fundamentadas em processos relacionais que não conduzem à formação de pensamento crítico. A ação deve, antes, se voltar à integração de diferentes práxis que procurem colocar em evidência a contradição e o conflito como condições de nosso viver no mundo. Essa concepção encontra azo na educação popular, pedagogia crítica que embasa nosso entendimento tanto do processo de extensão, quanto de nossa atuação junto aos coletivos de economia solidária.

A educação popular é caudatária de uma série de princípios que são caros aos movimentos coletivos, pois não prescinde de assumir sua posição política na formação de sujeitos criticamente conscientes, orientados para a transformação de si próprios e de seu meio, negando a neutralidade de outras vertentes pedagógicas que “escondem a defesa de interesses hegemônicos da sociedade e concepções de educação, muitas vezes, autoritárias e domesticadoras” (GADOTTI, 2002, p. 1).

A diversidade, a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, a compreensão de que os saberes populares guardam uma rica prática cotidiana que devem ser problematizados buscando-se dele extrair a teoria, revestindo-a de cientificidade em um processo que adota a análise da realidade como um rico complexo de determinações, são expostos por Gadotti (2002), como os princípios que norteiam a educação popular. Incorporam ainda os espaços

formais e não formais como propiciadores dessa epistemologia, não condicionando o processo de aprendizagem a nenhum limite¹.

A produção de conhecimento a qual a educação popular se propõe é, diante ao exposto, carregada de intencionalidade. Ela é ato político, comprometida com a luta de classes com a ação dialogada entre essa e a educação, com a formação de um sujeito integral visto em suas múltiplas potencialidades como portador do ato de inovar, criar e transformar.

O aporte ideológico da extensão e educação popular tem norteado o trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora – Intcoop/UFJF desde a sua criação, em 1998, período paradigmático em que uma agenda regressiva de direitos se impunha sobre os trabalhadores de forma geral e sobre as instituições públicas de forma particular, dado que a priorização de um estado minimalista se prestava ao atendimento de um padrão de acumulação extremamente predatório e excludente, orientado por uma visão de mercado, cuja ótica utilitarista suplantava valores humanos.

Nesse sentido, a incubadora não se furta a incorporar a ótica dos setores populares no desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural gerado na Universidade, reconhecendo que existem outras formas de conhecimento surgidas da prática de pensar e de agir de inúmeros segmentos da sociedade, que, por não serem tidas como científicas, são muitas das vezes, percebidas como desprovidas de legitimidade institucional.

Desde então, as ações da Intcoop/UFJF se voltam ao acompanhamento e assessoria de coletivos de trabalhadores para a construção conjunta de ações que possam apoiar na resolução dos problemas enfrentados atentando para o atendimento aos princípios da economia solidária, através da construção de conhecimento socialmente referenciado que possa promover a emancipação e autonomia dos sujeitos envolvidos sejam eles discentes, docentes, técnicos, trabalhadores.

Nesse arco compreensivo os sujeitos coletivos ultrapassam os limites de suas iniciativas autogestionárias e alcançam o espaço público através de sua organização em movimentos sociais, em especial o de economia solidária. Reivindicando seu reconhecimento como projeto político os sujeitos que compõem a economia solidária no

¹ De acordo com Freire “[...] se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação” (FREIRE apud GADOTTI, 2002, p. 8).

Brasil (coletivos de economia solidária, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos) articulam ações em torno da criação de fóruns que se constituem como instâncias do movimento de economia solidária no qual se definem as bandeiras, ações e estratégias de luta.

Como participante ativo nessa processualidade sócio histórica a incubadora fomenta a criação em 2005 do Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira – FREPSZMM, durante a realização da I Feira e Seminário Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira realizado em Juiz de Fora, em junho de 2005. O FREPSZMM materializou uma articulação que o antecedia e, inclusive, já possuía presença assídua no Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária - FMEPS, um dos primeiros Fóruns de Economia Solidária a se organizarem no Brasil. Representantes da zona da mata fizeram-se presentes na I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2002 em São Paulo, na III Plenária, em 2003 em Brasília momentos que precederam a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) assinalando que o movimento de economia solidária da zona da mata mineira possui uma trajetória de 13 anos de mobilização, articulação, luta de sujeitos coletivos organizados em torno de um movimento ativo.

A Intcoop/UFJF cumpriu, entre os anos de 2005 a 2010 o papel de secretaria executiva do FREPSZMM na qual agia tanto no atendimento de aspectos operacionais como a mobilização para participação nas reuniões; confecção e divulgação de atas, relatórios, convocatórias; repasse de comunicados, informativos, materiais de formação, cursos, eventos, entre outros de interesse do movimento; quanto dos aspectos formativos e ideopolíticos. Em 2010, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa – ITCP/UFV passa assumir essas funções.

Inativa após um período de doze anos, a Intcoop/UFJF retomou suas atividades em 2016 por meio do projeto “Revitalização e fortalecimento da incubação de empreendimentos econômicos solidários do Núcleo da Economia Solidária (NUSOL/UFJF)”, inscrito no edital MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq nº 21/2015. Em 2017, por meio de uma transição negociada em plenária, reassume a secretaria executiva do FREPSZMM com a incumbência de, além das tarefas mais operativas de organização, dinamizar e apoiar na condução da plenária, bem como de um espaço de formação para os membros iniciantes.

O FREPSZMM torna-se então um velho e novo espaço no qual é preciso problematizar, refletir e orientar estratégias de ação de acordo com a realidade

experimentada e com as demandas daqueles sujeitos coletivos, compreendendo que na temporalidade histórica além do acúmulo teórico e prático que o movimento reuniu, ele não conseguiu de todo conservar. A conscientização assim passa por uma inflexão no qual é preciso reconsiderar os processos socioeducativos entendendo que para a promoção da transformação social é preciso, segundo Gohn (2017), vislumbrar mudanças estruturais que possam influir na realização da cidadania plena, através da igualdade, solidariedade, justiça social entre outros, em uma perspectiva mais geral e ainda, no universo simbólico individual proporcionar aos sujeitos compreensão de valores, símbolos e códigos “que permeiam sua realidade imediata, decodificando-os de forma a poder estabelecer diferenças entre aqueles que contribuem para a liberdade e autonomia dos indivíduos, enquanto seres humanos, e aqueles que os oprimem e aprisionam” (Idem, ibidem, p.21).

Nessa lógica, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do espaço do FREPSZMM como local onde as práticas educativas populares se realizam e incorporam no seu “quefazer”, usando termo cunhado por Gadotti (2002) os eixos organizativo, produtivo e educativo que apoiem na construção político crítica dos sujeitos que dele fazem parte.

Ao trazer como objeto de pesquisa o FREPSZMM, consideramos importante pontuar aqui o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária – FMEPS isto porque os movimentos sociais estabelecem uma dinâmica relacional de redes que estabelecem no âmbito local, formas de articulação que busquem fortalecer a sociedade civil e vai além expandindo-se para movimentos regionais, estaduais, nacionais, compartilhando demandas, objetivos, valores comuns (SANTOS, CARNEIRO, 2008). A expansão de tais iniciativas, no âmbito das experiências populares e coletivas, cria as condições para a formação de um movimento social organizado, consciente de suas demandas e capaz de tornar críticos os sujeitos que dele fazem parte.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA –FBES

A partir das movimentações da sociedade civil organizada, foram acontecendo no decorrer de seu surgimento iniciativas para que o Movimento de Economia Solidária fosse propagado no Brasil. Neste processo, em 2001, através do Fórum Social Mundial (FSM), por via de Grupos de Trabalho (GT Brasileiro) houve a perspectiva da criação de um espaço de fortalecimento nacional para debater sobre Economia Solidária, surgindo assim o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES nasceu com a proposta de

articulação nacional dos envolvidos diretamente com a economia solidária, como os coletivos solidários, assim como as entidades apoiadoras e o setor público.

Neste aspecto, a preocupação foi aumentar a ação e atuação do FBES, de modo a não apenas fortalecer o movimento, mas o tornar legal, com políticas voltadas para as características dos coletivos de economia solidária (FBES, 2018). Em 2002, o Grupo de Trabalho elaborou uma carta ao Governo, sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, na época intitulada "Economia Solidária como Estratégica Política de Desenvolvimento", pelo qual apresentava as orientações para o desenvolvimento da Economia Solidária no país, chegando a propor a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Neste mesmo ano a carta foi aprovada pelo Governo dando início a criação da SENAES.

O FBES teve suas diretrizes formadas a partir da III Plenária Brasileira de Economia Solidária realizada no Fórum Social Mundial, em 2003. Nele estabeleceu-se os princípios norteadores do movimento de economia solidária no Brasil, sua composição e funcionamento, assim como a discussão para criação de fóruns estaduais e regionais, com a finalidade de garantir a participação de todos os sujeitos sociais envolvidos (FBES, 2018). Já em meados de 2008, a IV Plenária objetivou de reestruturação e participação dos fóruns estaduais e regionais. Foram definidas ainda, articulações que visaram estratégias para o fortalecimento dos coletivos de economia solidária, como a comercialização, produção, e consumo solidário; Sistema Nacional de Finanças Solidárias e Marco Legal (FBES, 2018).

O movimento nacional amadureceu como sujeito coletivo ao longo desse processo, assim como o processo democrático no Brasil. Em 2012, foi realizada a V Plenária Nacional, e nela foi debatido com aprofundamento a economia solidária como estratégica de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como organização e luta dos trabalhadores.

A partir da proposta de diálogo aprofundado, com a finalidade de transformação da realidade dos indivíduos envolvidos, o FBES desde seu surgimento tem sido um espaço de formação, fortalecendo a democratização dos espaços de discussão do movimento de economia solidária. Neste sentido, a abertura para a articulação em fóruns estaduais foi crucial para o amadurecimento do movimento nacional.

FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – FMEPS

As primeiras articulações do movimento de economia solidária em Minas Gerais datam de 1995. Pautado desde o princípio na proposição de políticas públicas que

pudessem consolidar as experiências de autogestão em economia solidária, então embrionárias no Estado, registros do FMEPS apontam que a temática surgiu na estruturação de um Fórum de discussão sobre geração de trabalho e renda. Nesse momento, diferentes sujeitos sociais participaram dessa iniciativa, valendo destacar entidades religiosas, organizações não governamentais, representantes legislativos e representantes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. No período de 1996 a 2001, diversos eventos foram realizados buscando aprofundar e difundir o tema da economia solidária no Estado, como cursos de formação e o empenho na consolidação de um Banco Popular em Belo Horizonte.

Em 2001, com o avanço da organização, foi criado o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Os encontros e momentos de formação tiveram continuidade em torno principalmente de alguns temas considerados como importantes ao coletivo, como: formação, legislação e comercialização. Além disso, foram organizadas atividades de planejamento de ações e de definição de bandeiras prioritárias. Em 2003, o Fórum iniciou um processo de ampliação por meio de encontros regionais de interiorização dos debates sobre EPS (COSTA, 2013).

Segundo a autora os encontros ocorreram previamente a um evento estadual denominado por “I Feira e I Ciclo de debates da Economia Popular Solidária”. Esse evento ocorreu em junho de 2003 onde foram debatidos os temas: comercialização; micro finanças e legislação. Já em 18 de junho de 2003, foi apresentado à comissão de justiça da Assembleia de Minas Gerais o projeto de Lei 830/2003 que tratava da certificação solidária. Ao analisar o projeto de Lei proposto, o Fórum solicitou por meio da Comissão de Participação Popular uma audiência pública sobre o projeto de lei, considerando os debates prévios acerca do tema entre os participantes do movimento.

A aprovação da lei no início de 2004 foi considerada pelo movimento de economia solidária uma vitória, principalmente mediante a conjuntura nacional da recente criação de uma Secretaria Especial de Economia Solidária no Governo Federal.

Em 2006, e 2007 as discussões giraram em torno da regulamentação da lei. A minuta tramitou novamente entre as Secretarias de Estado até a publicação do Decreto no dia 19 de setembro de 2008. O texto final dispunha sobre os agentes executores da política, a constituição, composição e estruturação do Conselho Estadual e a formatação do Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Popular Solidária (COSTA, 2013).

A participação do Fórum Mineiro em audiências públicas sobre o orçamento estadual resultou no aumento de recursos para a Política por meio da proposição de

emendas populares aprovadas pelo legislativo. Desde então o FMEPS vem articulando-se internamente para garantir representatividade no Conselho Estadual e mobilização para aporte de recursos nos programas e projetos propostos em lei na expectativa de atendimento aos 255 coletivos mapeados.

FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA – FREPSZMM

O Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira foi criado durante a I Feira e Seminário Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira realizado em Juiz de Fora, em junho de 2005. O fórum consiste em um espaço de discussão permanente, itinerante e aberto, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da economia solidária na região. As atividades desenvolvidas são feiras e seminários regionais, mapeamento dos empreendimentos solidários da região, estruturação de uma rede de comercialização, intercâmbio de informações e experiências e troca de produtos e serviços.

É formado por coletivos de economia solidária (associações, cooperativas e grupos informais que trabalham na perspectiva da autogestão), entidades de assessoria e fomento, gestores públicos e outras pessoas comprometidas com os princípios e valores da Economia Popular Solidária – EPS. O objetivo do FREPSZMM é articular, fortalecer e representar o movimento da Economia Popular Solidária (EPS) na Zona da Mata, frente à sociedade e aos Poderes Públicos, contribuindo na construção de um novo modelo sócio econômico através da orientação de ações e mobilizações em torno de suas bandeiras de luta.

A coordenação do Fórum é realizada por uma equipe de animadores dos municípios envolvidos e até o momento envolve, aproximadamente, 70 empreendimentos/grupos produtivos e 10 entidades de apoio, situados em cerca de 18 municípios da Zona da Mata. O Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira participa do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

METODOLOGIA

Ao assumir o objetivo de refletir sobre a importância do FREPSZMM como espaço onde as práticas educativas populares se realizam, utilizamos a metodologia da observação

participante, compreendendo que ocupamos um espaço privilegiado de observação ao atuar no e com o movimento de economia solidária da zona da mata mineira. Isso posto, estabelecemos uma relação orgânica na qual, ao partilhar papeis e experiências pudemos captar a complexidade do objeto estudado compreendendo as várias contradições que ele engendra.

A Observação Participante é uma metodologia muito adequada para o investigador apreender, compreender e intervir nos diversos contextos em que se move. A observação toma parte no meio onde as pessoas se envolvem. Por um lado, esta metodologia proporciona uma aproximação ao quotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sociocultural, dos seus processos. Por outro lado, permite-lhe intervir nesse mesmo quotidiano, e nele trabalhar ao nível das representações sociais, e propiciar a emergência de novas necessidades para os indivíduos que ali desenvolvem as suas atividades [...], trata-se de "documentar a realidade não documentada" (MÓNICO et. al., 2017, p.727).

Precisamos situar, assim, o espaço de tempo em que ocorreu essa observação e a forma de organização do FREPSZMM, bem como qualificar o nosso papel nesse espaço. A aproximação iniciou-se no momento em que a Intecoop/UFJF foi instada a assumir a função de secretaria executiva do FREPSZMM em janeiro de 2017.

Como relatado anteriormente o Fórum é uma instância de articulação do movimento de economia solidária, composto pela tríade de representação de coletivos econômicos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos que ocupam um espaço sócio territorial delimitado – a zona da mata mineira. Na ocasião da realização da primeira reunião na qual tomamos parte como secretaria executiva, o Fórum se reunia bimensalmente em diferentes municípios da região. Entretanto, ao discutir como um dos pontos de pauta a elaboração de regimento interno, os sujeitos optaram por torna-la trimestral, procurando reduzir os custos dos encontros e aumentar o diálogo em nível local. Assim, foram 4 plenárias realizadas entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2018.

Na elaboração das pautas das reuniões o Fórum tem como prática o encontro da coordenação ampliada (essa constituída por um representante de cada município membro) no mês que antecede a plenária, Essa coordenação te como função elaborar as linhas gerais de ação além de ser a mobilizadora das ações do Fórum em seu município sede.

No que tange aos aspectos organizativos a Intecoop/UFJF deu continuidade a dinâmica pactuada anteriormente, que consistia na realização de um espaço formativo em economia solidária para os participantes em sua primeira aproximação com o Fórum. Essa formação ocorre no período da manhã, considerando que as reuniões do FREPSZMM

transcorrem sempre aos sábados de 8 às 9 horas. Após um momento de apresentações oficiais e acolhida, o público é dividido entre os participantes iniciantes que são conduzidos à oficina de economia solidária e à plenária para os membros mais antigos. No período da tarde todos se reúnem para discussão e proposição de ações e temas de interesse coletivo. Esses momentos são mediados por apresentações culturais, realizados pelos próprios sujeitos que compõem o Fórum.

Para organização, mobilização, construção metodológica dos espaços de formação, dinamização e mediação da plenária e registro das atividades, toda equipe da Intcoop/UFJF se envolve. O entendimento desses sujeitos é que o Fórum é fundamental para a vivência, aproximação, troca, aprendizagem, construção de consensos, mediação de conflitos, empatia. Na interdisciplinaridade que a compõe; a Intcoop é formada por uma equipe multidisciplinar contando com docentes, técnicos e bolsistas das áreas de Administração, Ciências Contábeis, Comunicação, Direito, Engenharia, Pedagogia, Serviço Social e Turismo; ela procura problematizar o que ocorre no Fórum procurando amadurecer a compreensão sobre esse espaço levando essa discussão para o seu interior, de forma que da interação possam surgir reflexões novas e mais aproximadas às necessidades percebidas pelos sujeitos.

AS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DO FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA E CONSTITUIÇÃO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Ao refletir sobre a experiência de formação realizada no interior do FRESZMM e das relações que ali se desenvolvem, perpassadas por sujeitos de diferentes contextos, histórias de vida, concepções ideológicas, condições socioeconômicas, mas voltados a consecução de um projeto contra hegemônico que questiona as relações de produção, na medida mesma em que esforçam-se por se educar enquanto lutam para sobreviver, faz do Fórum um espaço privilegiado para o fortalecimento da educação popular. Muitas são as dimensões que ela contempla e que encontram nas elaborações do educador Paulo Freire, condições para que se tornem possibilitadores de conscientização e transformação social.

O FRESZMM tem no campo da realidade concreta e da prática a base para geração do pensamento. Todas as pautas, deliberações, ações são tomadas com o protagonismo dos sujeitos envolvidos, em especial, os coletivos de economia solidária. Ao longo dos encontros observados, foi possível notar o crescente em que se deu a compreensão e modo

de agir de alguns participantes, entretanto isso ocorre ainda de forma muito residual. De forma geral as intervenções são realizadas pelos mesmos sujeitos, donde se observa que as plenárias necessitam dinamizar as técnicas e metodologias usadas no sentido de possibilitar uma postura mais questionadora, participativa e problematizadora. E aqui não nos atemos somente aos coletivos, mas também aos discentes envolvidos no projeto, em particular os de áreas mais técnicas.

Salientamos ainda que a relevância da teorização sobre a prática é feita de forma muito tímida e muito circunscrita aos círculos acadêmicos, o que acaba por comprometer, a nosso ver, a legitimidade do saber popular como fundamental para que o processo de democracia radical aconteça.

A inter-relação entre os sujeitos que compõem o Fórum é outro ponto caro ao campo da educação popular e que é realizado de forma muito conflituosa e pouco resolutive. É claro que o processo de construção do pensamento demanda sujeitos inacabados e incompletos, em constante criar e recriar de sua existência no mundo e que o conflito, o contraditório é muito bem-vindo para contribuir em sua emancipação como sujeito de sua história, porém o tratamento que se dá a ele é que determina a sua importância na mudança que opera nos comportamentos e visões de mundo.

Outro ponto importante a ser levantado nesse debate diz respeito a forma como a ação formativa se realiza no FREPSZMM, a metodologia utilizada e a interação que propicia, no sentido de estimular para o pensar coletivo sobre “como fazer”, “como resolver”, “como agir”, “como intervir a partir de um projeto, de uma ideia” (GOHN, 2017, p. 20). O espaço de formação básica em economia solidária foi realizado, nas reuniões observadas, por uma professora e discentes da Intcoop/UFJF. Nele procurou-se o uso de uma metodologia mais lúdica e mais aproximada a quem tinha contato com a temática pela primeira vez. A proposta foi promover o debate através do levantamento dos conhecimentos prévios que os sujeitos possuíam e a partir deles criar os temas geradores para o diálogo.

Embora esse espaço seja avaliado pelo Fórum como fundamental, pode-se perceber que ele foi deixado sob a responsabilidade da incubadora como se coubesse somente a ela pensar os rumos pedagógicos e ideológicos da formação. Essa postura precisa ser modificada para que a educação possa atender ao propósito de emancipar, na perspectiva de que ela se configura como um “direito, combinando trabalho intelectual com trabalho manual, reflexão e ação, teoria e prática, conscientização e transformação, a organização, o trabalho e a renda (economia popular solidária)” (GADOTTI, 2001, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a importância do espaço do FREPSZMM como local onde as práticas educativas populares se realizam esse artigo pretendeu, de forma sucinta problematizar sobre a forma como essa se desenvolve, tomando como bases analíticas a práxis, o ato dialógico do processo de aprendizagem, a valorização do saber popular, e a conscientização como possibilitadora da transformação social.

Para tanto, empreendeu de forma sucinta a apresentação do FREPSZMM como espaço que oportuniza a interação entre diferentes sujeitos sociais, instância privilegiada de promoção dos meios e formas, do fazer e do agir da educação popular.

O FREPSZMM se constituiu como um movimento social organizado a partir de demandas comuns a um conjunto variado de indivíduos que se reúnem com o propósito de construir ações coletivas de enfrentamento a problemática social e ao seu reconhecimento como portador de direitos.

Nessa lógica, ao incorporar os supostos que levam a transformação social, entendido como um processo longo de aprendizagem baseado entre a união da teoria e a prática, da dialogicidade, da conscientização e do reconhecimento do sujeito como portador de sua capacidade de auto transformação, acreditamos que este trabalho atingiu ao objetivo de refletir sobre a importância do espaço do FREPSZMM como local onde as práticas educativas populares se realizam e podem levar ao desenvolvimento gradativo do processo de conscientização.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, A. L. S.; SOUZA, M. B. *Princípios e ações em economia solidária: a Intcoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG*. Revista Proposta/FASE, Rio de Janeiro, p. 4 - 12, 01 maio 2007.

COSTA, B. A. L. *Entre teoria e prática: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional*. 219f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Institucional. Disponível em: < www.fbes.org>. Acesso em: 15 de mar. 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária. *Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. Revista Diálogos. Universidade Católica de Brasília. Brasília: Universa, 2002.

GOHN, M. da G. *Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil*. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/408>> Acesso em: 28 fev. 2018.

MÓNICO, L. S. et al. *A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa*. In. Congresso Interamericano de Pesquisa Qualitativa, 2017, Portugal, Anais... Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447/1404>>. Acesso em: 24 de fev. 2018.

NETO, J. F. de M. *Extensão Popular*. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. *O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: E-cadernos CES, 2008. Disponível em <<http://eces.revues.org/1260> ; DOI : [10.4000/eces.1260](https://doi.org/10.4000/eces.1260)>. Acesso em: 18 de mar. 2